



**Universidade Federal do Maranhão**  
**Centro de Ciências Humanas, Naturais, Saúde e Tecnologia**  
**Curso de Licenciatura em Educação Física**

**INCLUSÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR:  
conceitos, reflexões e propostas**

**Discente: Layane Ferraz Durans**

**Pinheiro - MA**  
**2022**

**LAYANE FERRAZ DURANS**

**INCLUSÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR:  
conceitos, reflexões e propostas**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Maranhão para obtenção de Grau de Licenciado em Educação Física.

Orientador: Prof. Me. Lucio Carlos Dias Oliveira

**Pinheiro  
2022**

Coloca-se no Verso - atrás da folha de rosto a Ficha Catalográfica, impressa a partir do SIGAA da UFMA.

DURANS, Layane Ferraz.

INCLUSÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR:  
conceitos, reflexões e propostas / Layane Ferraz Durans. - 2022.  
45 f.

Orientador (a): Lucio Carlos Dias OLIVEIRA.  
Monografia (Graduação) - Curso de Educação Física,  
Universidade Federal do Maranhão, Pinheiro - MA, 2022

1. Conceitos. 2. Educação Física. 3. Inclusão. 4. Propostas. I.  
OLIVEIRA, LUCIO CARLOS DIAS. II. Título.

**LAYANE FERRAZ DURANS**

**INCLUSÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR:  
conceitos, reflexões e propostas**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Maranhão para obtenção de Grau de Licenciado em Educação Física.

Orientador: Prof. Me. Lucio Carlos Dias Oliveira.

A Banca Examinadora da Defesa do Trabalho de conclusão de curso, apresentada em sessão pública, considerou o candidato aprovado em: 01/12/2022.

---

Prof. Me. Viviane Lins de Arruda  
Universidade Federal do Maranhão

---

Prof. Dr. Éder Rodrigo Mariano  
Universidade Federal do Maranhão

---

Prof. Me. Lucio Carlos Dias Oliveira  
Universidade Federal do Maranhão

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por colocar pessoas na minha vida me cobrando e dando pressão pra terminar o meu TCC.

Agradeço aos professores Lucio e Elayne por me nortear para a construção e finalização desta pesquisa

Agradeço a minha mãe, minha sogra, a minha irmã por me cobrar o TCC

Agradeço a meu marido por sempre dizer quando eu tinha um surto temporal: “Você vai conseguir”!

“Assegurar que todos os estudantes têm acesso à educação de qualidade também é reconhecer o intrínseco valor da diversidade e o respeito pela dignidade da pessoa humana (UNESCO, 2015)”.

## RESUMO

Atualmente, o debate sobre inclusão na escola vem gerando desafios aos professores e gestores, devido a diversidade de cada aluno, assim como suas singularidades, induzindo aos docentes encontrarem meios de ensino para que o processo de inclusão seja sanado. Mediante ao histórico de exclusão de mulheres e meninas, desigualdade de gênero entre meninos e meninas, de cor e raça, de pessoas com vulnerabilidade socioeconômica e de pessoas com necessidades especiais, apresentados tanto na história da Educação quanto da Educação Física, este trabalho propõe compreender os principais fatores que evidenciam o processo de inclusão as aulas de Educação Física. E para alcançar este objetivo, fez-se necessário entender o conceito de inclusão e exclusão e assim sugerir propostas para melhorar a inclusão de alunos que, historicamente foram alvos de exclusão, nas aulas de Educação Física escolar.

**Palavras-Chave:** Educação Física. Inclusão. Conceitos. Propostas.

## **ABSTRACT**

Currently, the debate on inclusion at school has been creating challenges for teachers and managers, due to the diversity of each student, as well as their singularities, inducing teachers to find ways of teaching so that the inclusion process is remedied. Through the history of exclusion of women and girls, gender inequality between boys and girls, color and race, people with socioeconomic vulnerability and people with special needs, presented both in the history of Education and Physical Education, this work proposes to understand the main factors that show the process of inclusion in Physical Education classes. And to achieve this goal, it was necessary to understand the concept of inclusion and exclusion and thus suggest proposals to improve the inclusion of students who, historically, were targets of exclusion, in Physical Education classes at school.

**Keywords:** Physical Education. Inclusion. Concepts. Proposals.



## LISTAS DE SIGLAS E ABREVIACOES

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEB	Cmara de Educao Bsica
CNE	Conselho Nacional de Educao
DCN	Diretrizes Nacionais Curriculares
EF	Educao Fsica
EPT	Educao Para Todos
INEP Teixeira	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Ansio
ONU	Organizao das Naes Unidas
PCN	Parmetros Curriculares Nacionais
Pnad- C	Pesquisa Nacional sobre Amostra de Domiclios
PPE	Projeto Pedagógico da Escola
TGD	Transtornos Globais do Desenvolvimento
UNESCO Cultura	Organizao das Naes Unidas para a Educao, a Cincia e a

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>1.1. Problematização e Justificativa</b>	<b>12</b>
<b>1.2. Objetivos</b>	<b>14</b>
1.2.1. Objetivo Geral	14
1.2.2. Objetivos Específicos	14
<b>1.3. Apresentação dos Capítulos</b>	<b>14</b>
<b>2. METODOLOGIA</b>	<b>16</b>
<b>3. HISTÓRICO DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO</b>	<b>17</b>
<b>3.1. Histórico da inclusão na Educação Física</b>	<b>19</b>
<b>4. O CONCEITO DE INCLUSÃO</b>	<b>23</b>
<b>4.1. Qual o conceito de inclusão trabalhado neste projeto?</b>	<b>25</b>
<b>5. O CONCEITO DE EXCLUSÃO</b>	<b>29</b>
<b>6. PROPOSTAS E POSSIBILIDADES DA CONSTRUÇÃO DE AULAS INCLUSIVAS</b>	<b>31</b>
<b>6.1. Propostas da UNESCO</b>	<b>31</b>
<b>6.2. Propostas para uma Aula de Educação Inclusiva</b>	<b>34</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>39</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>40</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A história da Educação Física é carregada por fatos geradores de exclusão: do apto versus inapto, habilidoso de não habilidoso, homens de mulheres. Mas com o decorrer do tempo, tais preconceitos foram vencidos, no entanto, não significam inexistentes, pois no âmbito escolar, que é a área do qual este estudo é voltado, ainda se encontra com dificuldades de interação dos alunos, meninos e meninas nas aulas de EF. Isto é um reflexo de um legado da humanidade, pois o corpo é uma representação da sua cultura e vivências, e assim são “treinados, moldados e marcados pelo cunho das formas históricas”. (Bordo, 1997).

Há alguns motivos que impedem tal interação entre professor e aluno, aluno e aluno, como o gênero, nível de habilidade, vergonha, medo, deficiência, do qual tanto a escola quanto o professor buscam encontrar um meio que solucione esta problemática. Tais meios são propostos de forma clara dentro do Projeto Pedagógico da Escola (PPE), quanto nas atividades que o professor de Educação Física irá lecionar, levando em conta a realidade da escola e a comunidade que está inserida, construindo a sua própria identidade com instituição pública, geradora de seres pensantes. (VIEGAS, 1995).

E outro meio de solução para tal problemática é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que propõem unidades temáticas para auxiliar o professor na aplicação de aulas de Educação Física: Brincadeiras e Jogos, Esportes, Ginásticas, Danças, Práticas Corporais de Aventuras e Lutas. Vale salientar que umas das oito dimensões do conhecimento voltadas para EF escolar é o protagonismo comunitário, nela enfatiza a participação dos estudantes com autonomia e confiança nas suas tomadas de decisões, democratizando o acesso às práticas corporais para a construção de valores úteis para a convivência social. (BRASIL, 2017).

Sendo assim, a socialização entre alunos é um dos objetivos que precisam ser alcançados quando houver a ministração das aulas de Educação Física. O grande dilema é, como os documentos que norteiam a educação escolar e em especial a Educação Física, podem ajudar os professores a encontrarem temas e meios de contribuir na inclusão dos discentes nas aulas. E assim, “desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva,

física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social”. (BRASIL, 1997).

Diante do exposto o objetivo deste trabalho é compreender os principais fatores que evidenciam o processo de inclusão nas aulas de Educação Física, e assim, traçar o caminho necessário para favorecer este processo de inclusão dos alunos através dos ensinamentos da literatura.

### 1.1. Problematização e Justificativa

O processo de inclusão vem sendo discutido há bastante tempo na sociedade, tanto científica quanto nos diversos agrupamentos sociais, mas mesmo assim, a frequência de crianças na escola ainda é uma problemática. Segundo a UNESCO (2016) cerca de 263 milhões de crianças e jovens na faixa etária de 6 a 17 anos, estão fora do ambiente escolar, sendo que a maioria delas são meninas.

Ao chegar no ensino fundamental consta que há um abandono ou reprovação por parte dos estudantes, como uma pesquisa pelo Pnad-C 2019 e divulgado pelo INEP 2020, mostra que “21,6% dos jovens com 16 anos não concluíram esse nível educacional, principalmente os mais pobres, os pretos e os residentes na área rural”. Esta pesquisa também confirma que menos de 50% dos alunos terminam o ensino fundamental, isto com base em dados de acompanhamento nos anos 2013, 2015 e 2017, sendo que a maioria destes são meninos, dentre eles os estudantes de origem indígena, pretos e pobres.

Por mais que os fatores de exclusão, evidenciados anteriormente, a fase do Ensino Médio, segundo a pesquisa feita pelo Pnad-C em 2019, divulgado pelo IBGE 2019, confirma que a desigualdade de gênero é um fator presente no ambiente escolar, demonstrando que cerca de 76,4% dos estudantes com idade de 15 a 17 anos estão nas escolas, em detrimento a 66,7% dos meninos com a mesma faixa etária.

Não obstante, a desigualdade em relação à cor/raça é maior do que a de gênero, pois segundo o Censo Escolar feito nos anos de 2007 a 2015 do total de estudantes pretos ou pardos, apenas 43% obtiveram uma trajetória regular. Do total dos alunos indígenas, somente 13% destes chegaram à conclusão. Além disso, a trajetória regular dos alunos brancos é a única que ultrapassa os 50%. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020)

E com relação ao nível socioeconômico, enquanto estudantes de nível econômico mais alto estudam em escola privada e obtém acesso a recursos que facilitam a permanência na educação (ALMEIDA, *et al.* 2017), em contrapartida, estudantes de famílias pobres, em escolas públicas, não têm acesso aos mesmos recursos e ainda precisam auxiliar na renda familiar, dificultando o acompanhamento

e o rendimento escolar (ALVARES, *et al.*, 2017). Assim aumenta o nível de desigualdade entre eles.

O Censo Escolar realizado nos anos de 2013, 2015 e 2017, avaliou o percentual de matrículas feitas para estudantes com deficiência (visual, física, auditiva, mental, múltipla, TGD e altas habilidades/superdotação) e constatou que em média 93,7% do número de matrículas no Ensino Fundamental foi em classes comuns e apenas 6,3% foram matriculados em classes de educação especial.

Sendo que nos anos iniciais do Ensino Fundamental houve maior número de matriculados em classe regulares, com média de 90,8% e 9,2% em classes especiais. Nos anos finais a média de matrícula foi 98,7% em classes comuns e 1,3% em classes especiais.

Percebe-se que, quanto ao processo inclusivo, houve uma crescente transferência de alunos das salas especiais para as salas de aula regulares, de perfil inclusivo. No entanto, a dificuldade encontrada é que embora houvesse aumento de matrículas em classes comuns em comparação, uma minoria ainda prefere ser matriculada em classe de educação especial.

Isto acaba afetando o aluno, quando o objetivo do professor não é alcançado devido à falta de interesse pela aula por parte da turma ou pela falta de compreensão da finalidade da atividade proposta, mais que isto, o uso da temática abordada pode estar totalmente fora do contexto da realidade do aluno.

É por isso que, no mundo atual, cada vez se percebe a necessidade da compreensão do que é uma sala de aula inclusiva, bem como o conceito real e amplo de inclusão, compreendendo desta forma muito mais profunda e sistêmica do que o simples acesso à educação a alunos com deficiência. É que tal processo envolve vários aspectos e fenômenos como sociais, econômicos, étnicos, de gênero, religiosos, entre outros.

Diante do exposto, este trabalho encontra sua importância ao proporcionar à comunidade escolar e à sociedade em geral, os temas e ferramentas necessárias que estão disponíveis para o professor aplicar em suas aulas e as principais dificuldades encontradas para que o processo de inclusão não seja sanado.

Para isto é necessário entender a singularidade de cada aluno, os temas que podem ser abordados, e as ferramentas úteis para a aula. Além de saber o conceito de inclusão e exclusão adotado na literatura, e assim compreender os

mecanismos de atuação dentro da sala de aula.

## 1.2. Objetivos

### 1.2.1. Objetivo Geral

- Compreender os principais fatores que evidenciam o processo de inclusão nas aulas de Educação Física.

### 1.2.2. Objetivos Específicos

- Analisar qual o conceito de inclusão é abordado na literatura investigada;
- Identificar processos excludentes relacionados à Educação Física a partir do seu histórico;
- Apontar, e/ou, sugerir possíveis ações visando melhorar o processo de inclusão na Educação Física escolar.

## 1.3. Apresentação dos Capítulos

Nesta monografia será abordado sobre o processo de inclusão na educação e especificamente na Educação Física escolar e cada capítulo desenvolverá o assunto proposto.

Sendo que no capítulo **3. Histórico da Inclusão na Educação** – apresentará sobre como a educação foi se moldando para que todos que estavam excluídos da escola, como meninos e meninas, de cor e raça, de pessoas com vulnerabilidade socioeconômica e de pessoas com necessidades especiais, tivessem acesso às salas de aulas. No seu subtópico, **3.1. Histórico da Inclusão na Educação**

**Física**, dá continuidade a trajetória do processo de inclusão dentro da Educação Física ressaltando sobre as abordagens e tendências pedagógicas.

No capítulo **4. O conceito de Inclusão** – vem compreendendo os tipos de conceitos trabalhados nos documentos que norteiam a educação, como a Base Nacional Comum Curricular, as Diretrizes Curriculares Nacionais, assim como a abordagem de outros autores. No **4.1. Qual Conceito de Inclusão Trabalhado nesta monografia?** Descreve sobre o conceito de inclusão do qual está sendo defendido.

No capítulo **5. Conceito de exclusão** - comenta sobre o conceito de exclusão de acordo com o dicionário e com autores da literatura, e aborda como esse processo de exclusão afeta a interação entre alunos.

O capítulo **6. Propostas e Possibilidades da Construção de Aulas Inclusivas**, apresentando os subtópicos **6.1. Propostas da UNESCO** – do qual foi escolhida por se tratar de propostas universais sobre a inclusão na educação e assim trazer para as aulas de Educação Física, e por fim, **6.2. Propostas para uma Aula de Educação Inclusiva** – em que a autora no seu livro “Para Ensinar Educação Física” informa como o conteúdo precisa apresentar as três dimensões: conceitual, procedimental e atitudinal.



## 2. METODOLOGIA

O presente estudo é classificado como uma revisão de literatura bibliográfica do tipo narrativa, do qual tem como base um projeto já elaborado, onde não há necessidade de utilizar “critérios explícitos e sistemáticos para a busca e análise crítica da literatura”. (GIL,2002).

E estruturou-se em uma pesquisa explicativa, pois, segundo GIL (2002) trata-se de investigações que têm como “preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos”.

Para tanto, analisou-se os seguintes documentos: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's), do qual são os principais documentos que direcionam a educação. Assim como os livros “Conhecimentos do Professor de Educação Física Escolar”, de José Airton de Freitas Pontes Junior e “Para ensinar Educação Física”, da Suraya Cristina Darido e Osmar Moreira de Souza Junior. Além de artigos científicos retirados do Google Acadêmico, contendo palavras-chave relacionados com o tema como: Educação Física, sentir-se incluído, conceito de inclusão e exclusão.

E para alcançar os objetivos de identificar se havia a presença da palavra inclusão nos documentos norteadores, bem como entender o conceito adotado por eles, foi realizada uma busca desse termo na BNCC, nos PCN's e nas DCN's. Como resultado, o sentido de inclusão apresentado foram: inclusão escolar, inclusão social, inclusão de pessoas com deficiência, inclusão e pluralidade/diversidade, percebe-se que o sentido de inclusão apresentado nestes documentos está mais voltado para a inserção dos alunos dentro da escola ou de um grupo social.

Já para identificar os processos excludentes e quem eram os excluídos ao longo da história da Educação, foram selecionadas as declarações e conferências da ONU do qual identificaram as dificuldades que apresentavam na sociedade e traçaram meios para sanar a problemática, bem como sugerir possibilidades para melhorar o processo de ensino.

### 3. HISTÓRICO DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO

Inclusão, educação, justiça, Diversidade, diferenças, respeito. Convivência, tolerância, paz. Palavras soltas que, conectadas e incorporadas à nossa vida, resultam num mundo melhor.

(Joseli Barros)

Quando se fala de inclusão no âmbito escolar, geralmente se referia a inserção de pessoas com deficiência na sala de aula, não necessariamente seria junto com indivíduos sem deficiências. Pois acreditava-se que tais pessoas precisam de educação especial e assim legitimar o que diz a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) de que “os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos”. Direito este que foi constantemente mudado durante os anos.

Tais direitos precisam, necessariamente, serem estendidos à educação e principalmente à educação básica, dado que a ela ser é um dos primeiros e primordiais direitos, não sendo possível um desenvolvimento mínimo sem o acesso à educação básica.

Um exemplo desta conquista foi a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes do qual teve sua aprovação pela Organização das Nações Unidas em nove de dezembro de 1975 que garante “educação, [...] e outros serviços que lhe possibilitem o máximo desenvolvimento de sua capacidade e habilidade e que acelerem o processo de integração social”.

A Declaração dos Direitos da Pessoa com Deficiência, é reconhecida como um dos principais avanços na compreensão da pessoa com necessidades especiais, como detentora dos mesmos direitos e deveres de qualquer outra pessoa. Foi um dos primeiros passos ao entendimento das pessoas com deficiência como cidadãos e conceito de normalidade.

Na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, ocorrida na Tailândia

(1990), com o objetivo de universalizar a educação básica irá tratar não somente sobre a inclusão de pessoas com deficiência, mas de meninas e mulheres, assim como de outros “grupos de excluídos”:

Os grupos excluídos - os pobres; os meninos e meninas de rua ou trabalhadores; as populações das periferias urbanas e zonas rurais; os nômades e os trabalhadores migrantes; os povos indígenas; as minorias étnicas, raciais e linguísticas; os refugiados; os deslocados pela guerra; e os povos submetidos a um regime de ocupação - não devem sofrer qualquer tipo de discriminação no acesso às oportunidades educacionais. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1990)

No documento EPT (Educação Para Todos), a UNESCO e os países signatários, estendem a compreensão de seres humanos dotados dos mesmos direitos, principalmente no tocante à educação. Os mesmos assumem o compromisso de garantir educação mínima a todos os seres humanos, sem distinção de classe, etnia, religião, idade ou gênero, salvaguardando o direito à educação específica e com base em linguagens e cultura próprias, aos povos originários.

Tal educação não estaria apenas centrada na matrícula desses alunos na escola, mas sim, numa efetiva aprendizagem que seja útil no seu dia-a-dia. Com a Declaração de Viena e Programa de Ação, firmada na Conferência Mundial sobre os Direitos do Homem (1993) reafirma o direito da mulher e da menina à educação, assim como a Declaração de Nova Delhi sobre Educação para Todos (1993), afirmando que “a educação e a incorporação plena de mulheres jovens e adultas à sociedade são metas importantes em si e elementos chaves do processo de desenvolvimento do bem-estar social”.

Na Declaração de Salamanca (1994), embora seja específica ao conteúdo sobre educação inclusiva voltado para pessoas com necessidades educacionais especiais, ela afirma que cada criança tem sua individualidade, seja por interesse, características, habilidades e qualquer outra necessidade de aprendizagem e que é direito dela que o sistema educacional contribua para uma melhor aprendizagem.

Com a Declaração de Dakar (2000) vem assegurar a educação a todas as crianças, em especial a grupos excluídos como as meninas e “crianças com circunstâncias difíceis e pertencentes a minorias etárias”, objetivando a equidade de gênero na educação.

A Declaração de Dakar vem reforçar a necessidade do direito à educação de todas as crianças, principalmente aquelas em situação de vulnerabilidade social e aos povos originários, mas sob o respeito às diferentes culturas e linguagens, e às suas formas de aprender e desenvolvimento de vida.

Além disso, na Declaração de Madri sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (2002) mostra que o tratamento para pessoas deficientes era baseado na caridade, sem autonomia e excluídas, só que o objetivo deste foi proporcionar ao deficiente direito à educação, trabalho, responsabilidade como qualquer outro cidadão de direito.

Muitos foram os avanços em relação aos direitos à educação e à educação inclusiva ao longo dos anos, porém ainda se percebe uma baixa compreensão e de seus conceitos e importância, assim como um baixo acesso à educação mínima. Não obstante na Educação Física, estes conceitos parecem estar longe de serem compreendidos e implantados. Professores ainda se encontram com muita dificuldade em discutir e proporcionar uma inclusão efetiva em suas aulas.

### **3.1. Histórico da inclusão na Educação Física**

O percurso histórico da Educação Física, como dito anteriormente, é marcado pela exclusão de alunos em suas práticas corporais dentro e fora da escola, problemas não tão diferentes como os apresentados pela história da educação no mundo, como as meninas, os deficientes físicos, visuais, cognitivos, e aqueles que encontram dificuldades de alcançar o mesmo nível de aprendizagem que os demais.

Para apresentar a sua evolução no decorrer dos anos é necessário refletir sobre as abordagens e tendências pedagógicas, analisando como foi o processo de inclusão nesta área do conhecimento. Logo de início a EF entrou nas escolas do Brasil em 1851 com a Reforma de Couto Ferraz, só que, em 1882, Rui Barbosa recomendou a obrigação da ginástica na escola. (BETTI, 1991).

Neste período a preocupação se concentrava na manutenção da saúde e higiene corporal, ensinando hábitos de vida que visassem cuidados corporais, além

da disciplina e obediência. A componente curricular não passava de uma simples prática, não possuindo status de currículo formativo obrigatório.

Até 1930, a característica de ensino da ginástica era voltada para área médica, em que os exercícios calistênicos proporcionaram a exclusão dos fracos e doentes nas aulas, e a relação de professor e aluno era meramente de médico e paciente, nada voltado para questões pedagógicas, (SOARES, 1994), esta tendência foi denominada Higienista. Porém, a partir de 1930 houve uma reviravolta na política do Brasil, período de transição da República Velha para uma militarista da Era Vargas, no mundo com a crise de 1929 todos deviam ser preparados para a guerra.

Neste período a Educação como um todo, possuía um sentido de adestramento e direcionamento do educando, com a presença de componentes curriculares de caráter técnico e de formação para o trabalho. Da mesma forma, a Educação Física tinha a obrigação em formar indivíduos fortes e preparados para a defesa da soberania nacional. Meninos e meninas possuíam aulas separadas e com conteúdos diferentes.

Como a escola é um reflexo do contexto social da época, a tendência militarista tomou conta das salas de aula, o seu objetivo era preparar homens para serem mais fortes e saudáveis, atentos com a limpeza de seus corpos e roupa, ascensão da eugenia e exclusão dos considerados inferiores. (FERREIRA, 2013).

É compreensível a preocupação da escola com a higiene, pois naquela época com a falta de saneamento básico e proliferação de doenças era necessário. No entanto, o problema era a discriminação feita das minorias ao invés de ajudá-la. Discriminação esta que novamente fica em foco na tendência militarista, e o maior exemplo desta foi o nazismo, mostrando que somente os fortes, de raça ariana deveriam viver.

Neste período as mulheres começam a ser incluídas nas aulas de EF, mas separadas dos homens. Sendo que as atividades que estes faziam eram mais rigorosas, já as das mulheres eram mais leves, pois visavam a saúde delas, para que fossem mães saudáveis e assim gerar filhos saudáveis. (GHIRALDELLI JR, 1998).

Neste momento pode-se pensar que pela primeira vez a mulher foi aceita, de que saiu do grupo dos excluídos, mas realmente foi? Ou será que ela apenas se tornou um meio necessário para se conseguir um fim? Pois o objetivo era apenas gerar homens saudáveis para lutar pelo seu país.

Em seguida vem a tendência Pedagogicista (1945-1964) em que os alunos são mais incluídos e participativos, neste caso GUEDES (1999), afirma que a Educação Física se tornou um meio de educação, envolvendo a aprendizagem através da mente e corpo, não só a prática pela prática.

Neste período, a Educação Física começa a exigir o seu reconhecimento como prática educativa e não somente voltada para a preparação do corpo e disciplina. Até este momento aparenta que finalmente a inclusão de alunos e o seu relacionamento com o professor se torna eficiente e participativo. Porém, a próxima tendência mostra que este progresso pode retroceder.

Na época da ditadura militar (1964-1985), o Brasil passou por várias problemáticas e para o governo era preciso criar alguma distração, com isto o esporte se tornou o melhor entretenimento, (FERREIRA, 2013). Como resultado, a prática de esporte nas aulas objetivou a criação de atletas de alto rendimento, espírito de competição e um retrocesso na exclusão dos menos habilidosos.

É de imaginar que a antiga política do “pão e circo” se incorporou neste período em torno do esporte, como a maior fonte de divertimento e alienação da sociedade. E a competição alocada nas aulas de EF fez do aluno que não apresentava habilidades notórias para a prática esportiva excluído novamente.

Na tendência popular, a partir de 1985, passa a trabalhar conceitos como lazer, inclusão, qualidade de vida, nela os alunos são ouvidos, tendo a liberdade de criticar e sugerir. (FERREIRA, 2013).

Segundo a autora DARIDO (2003) a partir dos anos 80 surgem como resultados dos debates sobre a EF, as abordagens pedagógicas como: psicomotora, desenvolvimentista, construtivista, saúde renovada, crítico-superadora, crítico-emancipatória. Tais abordagens começaram a colocar no centro o aluno, a seu modo de pensar, socializar e a agir no ambiente do qual está inserido.

Iniciada com a teoria Pedagogicista, as abordagens pedagógicas vieram para enfatizar o ensino da Educação Física como uma disciplina educativa e a colocar o aluno como centro da aprendizagem, incentivando-o a participar, experimentar, criticar e construir um novo saber.

Na perspectiva da abordagem Psicomotora traz uma relação com a saúde afetiva, cognitiva e sobre fatores da psicomotricidade, como a noção do corpo e espaço, coordenação motora grossa e fina, equilíbrio. (FERREIRA, 2001)

No construtivismo a criança é responsável em aprimorar seus conhecimentos prévios e colocar em prática na construção de jogos, brincadeiras e brinquedos, e embora a mesma tenha algum erro nesse processo, ele serve como aprendizagem, contribuindo para uma nova experiência.

Com a abordagem desenvolvimentista o ensino é direcionado para exercícios de manipulação, locomoção e estabilização, que são as habilidades motoras básicas, fazendo com que a criança possa desenvolvê-los.

Mas não basta apenas ensinar o movimento, a simples “prática pela prática”, é necessário que o professor faça com que o aluno seja um sujeito ativo na sociedade, por isso as abordagens crítico-superadora e a crítico-emancipatória vieram combater a alienação dos estudantes tornando-os mais críticos e participativos. (DARIDO, 2001).

E por fim, a saúde renovada, defendida por Nahas (1997) e Guedes e Guedes (1996), a Educação Física escolar é apresentada como fator biológico abrangendo a área da fisiologia, mas não deixando de lado as questões sociais como a falta de exercícios físicos pode prejudicar a qualidade de vida e suas comodidades (GUEDES E GUEDES, 1996). Por isso a inclusão de alunos que antes eram excluídos, como os deficientes, os sedentários, os obesos e de baixa aptidão física é mais notória.

Portanto, como dito anteriormente, o processo de inclusão na escola passou por várias trajetórias, sejam elas pela cultura e política da época, seja pelas limitações que o próprio corpo tem.

É notório que a Educação Física na sua história contribuiu para exclusão de vários grupos, dentre eles meninas, deficientes e não habilidosos, mas no seu percurso a mesma foi se modificando, ao identificar o que precisaria feito para que todos tivessem acesso as aulas de práticas corporais, para que os próprios alunos se sentissem sociáveis e compreensíveis com suas limitações e de seus colegas.

#### 4. O CONCEITO DE INCLUSÃO

"...a compreensão e a aceitação do outro resulta de uma aprendizagem da verdade, na arte de conviver..."

(José Pacheco)

Ao falar sobre inclusão é necessário entender seu conceito, pois assim, fica mais fácil identificar qual caminho traçar. Sendo assim cada autor faz uma definição que pode ou não complementar o pensamento de outro autor.

Partindo da premissa de que para entender sobre inclusão, SANTOS et al (2009) aborda o conceito bem mais amplo, em que a inclusão não se limita apenas à "inserção de pessoas rotuladas como diferentes num ambiente do qual têm sido historicamente excluídos", como acontece nas escolas, do qual pensam que basta apenas colocar o aluno com deficiência dentro de uma sala de aula, está gerando inclusão.

A inserção está relacionada a colocar o aluno dentro da sala de aula, nos DCN's esse tipo de inclusão é o mais defendido, pois a defasagem de crianças, jovens e adultos fora da escola ainda é, nos dias de hoje, uma situação que não foi resolvida na sua totalidade, por isso esse tipo de preocupação. Em detrimento a esse tipo de conceito, SANTOS, enfatiza que não é apenas inserir o aluno dentro da sala de aula, mas sim, fazer com que este seja participativo.

Uma perspectiva que não privilegia somente uma parte da população; não se limita à simples inserção de pessoas rotuladas como diferentes num ambiente do qual têm sido historicamente excluídos, e também não se restringe a algumas pontuais áreas da vida humana. (SANTOS et al., 2009).

Para BOOTH; AINSCOW (2011), a inclusão é "uma iniciativa compartilhada", é um trabalho mútuo e constante de destruir barreiras discriminatórias criadas por si e pelos outros. A UNESCO (2019) define inclusão como um processo que ajuda a superar barreiras que limitam a presença, participação e conquistas dos estudantes".

No processo de ensino-aprendizagem o professor atento vai descobrindo as habilidades e dificuldades de cada aluno, pois ao diversificar suas aulas e promover



ao maior volume de experimentações, impulsionará o educando a superar suas barreiras.

SAWAIA (2011), BOOTH; AINSCOW (2011) e SANTOS *et al.* (2009) a definem como “um processo dinâmico, dialético e infindável”, tendo como objetivo melhorar o aprendizado e a interação entre todos, buscando minimizar com a participação coletiva, as atitudes excludentes, tornando-os cidadãos reflexivos na sociedade.

O processo dinâmico engloba a participação de todos em seus diferentes aspectos motores, cognitivos e sociais. É dialético por sempre ter uma correlação da palavra inclusão com a exclusão, um conflito que não exclui uma a outra. É um processo infindável pois a temática envolve todos e estes de alguma forma serão excluídos, pois a inclusão nunca é definitiva.

Por isso a inclusão, para estes autores, é uma iniciativa compartilhada, pois:

Consideramos a promoção da aprendizagem e da participação e o combate à discriminação como tarefas que nunca tem fim. Elas implicam todos nós no ato de refletir e reduzir as barreiras que nós e outros tenhamos criado e continuamos a criar. (BOOTH; AINSCOW, 2011).

Para MINETTO (2010), é bem mais rígido e insensível na definição de inclusão, pois este a considera como um “paradigma da integração”, aborda que a criança (deficiente) deve ser inserida no ensino regular, mas teria que se esforçar para adaptar-se ao ambiente, no entanto a escola não alteraria seu sistema de ensino.

A própria criança já tem suas limitações, então não há a possibilidade dela ter o mesmo desempenho que o outros não deficientes, muito menos sem um sistema de ensino inclusivo e adaptado. Pois cabe a escola e o professor propor meios que amenizem tais barreiras de aprendizagem.

Em contrário ao que MINETTO afirma, STAINBACK (1999), conceitua no sentido literal “fazer parte de”, não significa apenas estar dentro da sala de aula, mas experimentar e vivenciar as atividades pedagógicas, interagir e socializar com outros alunos, aprender até onde vai as suas limitações e habilidades.

E a escola precisa sim, adaptar-se com as diferenças de aprendizagem de cada aluno, objetivando que todos os alunos possam ter acesso às oportunidades que

a escola oferece, (MITTLER, 2003).

É sair do padrão de ensino que perdurou por muito tempo na escola, pois com a diversidade trazida de cada aluno, é necessário que ela seja moldada para acolhê-los.

Além disso, “a inclusão diz respeito a cada pessoa ser capaz de ter oportunidade de escolha e de autodeterminação”, (MITTLER, 2003). Não é apenas fazer e absorver o conhecimento do professor, é construir, através do que está sendo ensinado, novos conceitos e experiências que o próprio alunado.

Já a exclusão se refere a pressão tanto do ambiente quanto de si mesmo que impede de participar de algo, (BOOTH; AINSCOW, 2011). Diante disto, vale ressaltar que a exclusão não é apenas de grupos já mencionados no decorrer do projeto como meninas, pessoas com necessidades especiais, negros, indígenas, mas também, estudantes que mesmo tendo um nível de habilidade notória são pressionados pelo grupo social e até por si mesmo, e como resultado restringe sua manifestação corporal.

#### **4.1. Qual o conceito de inclusão trabalhado neste projeto?**

Pensar o conceito e a aplicabilidade da inclusão na EF, demanda o reconhecimento e dimensão formativa de um componente curricular, que naturalmente deveria propor um processo de inclusão humana em sua própria essência. Porém, na atualidade ainda se percebe professores vinculados às práticas afastadas do processo de inclusão, professores que ainda vinculam sua prática ao fomento do desempenho físico e saúde.

O conceito de inclusão abordado neste trabalho é sobre uma afirmação de DARIDO:

Não basta somente estar presente fisicamente numa sala de aula, por exemplo, e não ter a oportunidade de participar efetivamente do processo ensino-aprendizagem ali ocorrido, bem como não ter reconhecida sua singularidade. (DARIDO, *et.al.*, 2007)

Como principais documentos norteadores a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) trata da educação como de modo geral e por ser a principal fonte pública de regulamentação. Outro documento foi a Diretrizes Curriculares Nacionais tendo a mesma importância do documento anterior. Assim como declarações realizadas em congressos e livros.

No que tange aos conceitos de inclusão a BNCC se refere às pessoas com deficiência, enfatizando a importância do professor adotar práticas pedagógicas que sejam inclusivas e diferenciação curricular de acordo com a Lei nº 13.146/2015, art.14”:

Parágrafo único: O processo de habilitação e de reabilitação tem por objetivo o desenvolvimento de potencialidades, talentos, habilidades e aptidões físicas, cognitivas, sensoriais, psicossociais, atitudinais, profissionais e artísticas que contribuam para a conquista da autonomia da pessoa com deficiência e de sua participação social em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas. (BRASIL, 2015)

Sendo assim, é necessário que a escola possa disponibilizar os recursos necessários do qual o professor precisa para corresponder ao que a lei obriga. Além disso, caso o aluno corresponda a tais expectativas será um grande salto na educação inclusiva, pois no decorrer da história, o deficiente foi considerado incapaz de conseguir autonomia e de ser provido de habilidades e talentos.

Com relação a inclusão do aluno na sociedade, a escola deve “possibilitar o acesso à ciência, à tecnologia, à cultura e ao trabalho”, (CNE/ CEB nº 5/201152)

No que diz respeito à pluralidade/diversidade a BNCC enfatiza o conceito que a DCN revoga:

A inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural resgatando e respeitando as várias manifestações de cada comunidade”, conforme destaca o Parecer CNE/CEB nº 7/20106” (BRASIL,2010)

É importante salientar que quando envolve a inclusão de pessoas, sabe-se que nem todas são iguais, seja em questão de gênero ou cultura, e para isto é imprescindível que o respeito seja trabalhado.

Sendo que a pluralidade envolve um grupo étnico chamado de comunidade e a diversidade cultural é o conjunto de diferentes culturas

Em relação a DCN ela prioriza bastante sobre a inclusão do aluno, seja ele criança ou adulto do qual precise da Educação Básica e assim, responsabilizar o Estado e a família para a obrigatoriedade do ingresso na escola, e “garantir a democratização do acesso, inclusão, permanência e sucesso das crianças, jovens e adultos na instituição educacional”. (DCN, 2013).

No que tange a inclusão social é garantir que temas como diversidade humana, social, cultural e econômica estejam debatidos no hábito escolar, (DCN, 2013). Que vai de encontro com a relação da inclusão e pluralidade/diversidade, do qual:

A valorização das diferenças e o atendimento à **pluralidade e à diversidade cultural**, resgatando e respeitando os direitos humanos, individuais e coletivos e as várias manifestações de cada comunidade (BRASIL, 2013).

Então, quais são os temas abordados na BNCC e no DCN? Diante do exposto, conclui-se que os temas abordados constantemente nesses documentos estão se referindo à educação especial, pluralidade e diversidade cultural. Sendo que nesta engloba questões de gênero, etnia, religião, situação econômica, que na Educação Física estão dentro da proposta dos Temas Transversais e naquela está voltada somente para crianças com deficiências.

Os temas transversais são definidos pelo Parâmetro Curricular Nacional, (BRASIL, 1997), que envolve questões sociais como “ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual e pluralidade cultural”, do qual são propostas desafiadoras, mas não impossível, de incluí-las no currículo escolar, em especial, nas aulas de Educação Física. E assim, direcionar o aluno a uma nova percepção de mundo, sendo que as diferenças existentes não são motivos de discriminar o outro ou se auto excluir do grupo social.

E partindo dessa premissa, a educação inclusiva, abordada pela Declaração de Salamanca de 1994, em que o aluno “portador de deficiência” deve ser incluído em escolas regulares para assim promover um ambiente acolhedor que combater atitudes discriminatórias (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1994).

Há várias definições sobre inclusão, seja ele relacionado a inserção do aluno dentro das salas regulares, seja participando das atividades escolares. A BNCC e os DCN sugerem temas para que estes discentes possam desenvolver suas

habilidades e competências de acordo com tais documentos, por isso, foi necessário entender primeiramente o conceito de inclusão, para que o professor possa trabalhar de forma mais clara no planejamento de suas aulas.

## 5. O CONCEITO DE EXCLUSÃO

**Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza.**

**(Boaventura de Souza e Santos)**

Ao analisar o contexto da inclusão no decorrer dos anos, percebe-se que a cada lapso temporal há desafios que são postos na educação, e estes são discutidos, e assim, são lançadas propostas de intervenção.

Durante a história da educação, os excluídos foram as mulheres e meninas, pessoas com deficiência que eram tratadas como pacientes e não como alguém que tinha direito a uma educação, pessoas de classe pobre e negros, assim como os indígenas.

Para entender o conceito de exclusão, o termo vem do latim “*exclusio*”, a exclusão é a ação e efeito de excluir” (Conceito de.), é quando alguém é colocado ou deixado de fora. (Dicio).

Para Booth e Ainscow (2011) definem a exclusão como:

A todas aquelas pressões excludentes, temporárias ou prolongadas, que atrapalham a participação total. Elas podem ser resultantes de dificuldades ligadas a relacionamentos ou ao conteúdo ensinado, bem como de sentimentos de desvalorização. (BOOTH E AINSCOW,2011)

Atualmente, exclusão de gênero, (GUIRALDELLI Jr., 1998) e religião, são bastante abordados nesse requisito. Em relação ao gênero, ainda se encontram escolas que fazem separação de meninos e meninas nas aulas práticas, e sobre religião, ainda há limitações postas por ela ou pela subjetividade do aluno na maneira de vestir, de horários, etc.

Mas o que entra em pauta neste projeto é se esses alunos que antes eram excluídos das aulas de Educação Física, se sentem incluídos no sentido de serem participativos nas aulas, de ter interação dele com seus colegas e dele com o

professor.

Contudo, não pode deixar de lado aqueles que são mais ativos e habilidosos, que gostam de uma determinada atividade porque se sentem melhores naquilo e se privam de experimentar algo novo, e assim excluem-se de um vasto campo de possibilidades que a cultura corporal de movimento é capaz de favorecer no campo da Educação Física Escolar.

É preciso compreender que o processo de exclusão, que constrói a compreensão do termo excluídos, precisa ser estendido a todos os tipos de diversidade humana, seja ela a nível de gênero, credo, etnia, cultura, classe social, nível socioeconômico, de habilidades e rendimentos motores, de capacidades ou limitações.

E que a exclusão social não atinge apenas pessoas com deficiência. É preciso reconhecer toda diversidade humana e compreender, principalmente o sentido dos direitos humanos básicos e justiça social. A educação, como base para um desenvolvimento efetivo, precisa ressignificar tais conceitos e suas práticas curriculares.

## **6. PROPOSTAS E POSSIBILIDADES DA CONSTRUÇÃO DE AULAS INCLUSIVAS**

"A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades."

(Paulo Freire)

Neste capítulo são apresentadas algumas propostas para o professor da UNESCO, escolhida por ser a principal fonte dos objetivos da Educação e em seguida são sugestões de autores sobre a aplicação de aula na Educação Física escolar.

### **6.1. Propostas da UNESCO**

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) têm um papel de direcionar todos os países a alcançarem um objetivo comum, voltado para a educação. Ela criou um sistema educacional inclusivo contendo quatro etapas: conceitos; diretrizes políticas; estruturas e sistemas, e por fim, práticas.

Na etapa de conceitos é bastante pertinente salientar que existe uma forma do professor monitorar a frequência do aluno assim como sua participação e como está sendo o seu desempenho dentro do sistema de ensino. (UNESCO, 2019).

Mas há de pensar que, um sistema padronizado pode não suprir todos os envolvidos na avaliação devido às suas peculiaridades, no entanto, a própria pesquisa da UNESCO informou que:

A pesquisa identifica evidência importante que a frequência, a participação e o desempenho dos estudantes estão entre os fatores de sucesso mais importantes. (AINSCOW, 2005).



Ou seja, verificar se a estrutura da escola supre as necessidades do professor para que haja material disponível para aplicação de aula, entrevistar tanto os professores quanto os alunos sobre o que pode ser melhorado.

Por isso a importância do currículo, pois neste o professor se torna um facilitador na aprendizagem do estudante, sendo que este ao envolver-se ativamente é capaz de liderar a compreensão de suas expectativas.

Além do mais, cada experiência deve ser compartilhada entre os educadores, pois assim, se torna mais fácil encontrar novas possibilidades de aulas mais inclusivas, não significa que o professor se tornará um mero copião de aulas, mas o mesmo, ao observar as particularidades de sua turma, selecionará a atividade que mais se adequa a ela, e se por acaso perceber que há uma necessidade de alterar, o próprio tem autonomia de recriar.

Ao mencionar diretrizes políticas, que não é o foco desta pesquisa, a própria UNESCO ao legitimar o sistema educacional de inclusão, selecionou líderes para fiscalizar o esse sistema, articulando metas políticas para o desenvolvimento de práticas inclusivas e equitativas, “desafiando práticas educacionais não inclusivas, discriminatórias e desiguais”. (UNESCO, 2019)

Nas estruturas e sistemas, enfatiza a importância de parceria de todos para o bom desempenho da educação inclusiva

É essencial formar parcerias entre as principais partes interessadas que podem apoiar e dominar o processo de mudança (UNESCO, 2019).

E por fim, as práticas, onde as propostas são direcionadas ao professor baseadas nas quatro características chaves, sendo a primeira característica:

4.1. Escolas e outros centros de aprendizagem detêm estratégias para encorajar a frequência, a participação e o desempenho de todos os estudantes da comunidade local. (UNESCO, 2019).

Alguns países colocaram dentro das escolas equipes de apoio e seus auxiliares para ajudar o professor de classe regular, com seus alunos com necessidades especiais. Porém, descobriram que quando a equipe era retirada o docente tinha dificuldade de continuar tal trabalho e os diretores previram problemas orçamentários, para o cumprimento da legislação exigida.

Contudo, a resolução deste problema envolve a participação estudantil, ou seja, o uso de abordagens que encorajam a cooperação dos alunos para criar soluções capazes de aumentar a participação de todos na sala de aula.

Cabe ao professor mostrar sua habilidade e explorar com energia e motivação este recurso que sempre esteve presente na escola, o próprio estudante.

A segunda característica chave ressalta o apoio para os estudantes:

4.2 Escolas e outros centros de aprendizagem fornecem apoio para estudantes com dificuldades de aprendizagem, marginalização e exclusão. (UNESCO, 2019).

Nela a avaliação de cada estudante é feita de forma contínua, observando o seu sucesso nas atividades sendo necessário com que cada um possa de uma melhor forma aprender o possível.

Não é apenas avaliar as características dos estudantes e suas realizações, mas analisar o seu desempenho e suas percepções internas e externas do ambiente em que vive.

Quanto a terceira característica chave:

4.3 Professores e funcionários de apoio são preparados para responder à diversidade dos estudantes durante a formação inicial. (UNESCO, 2019).

Todo professor precisa ter uma formação quando trabalha com uma educação inclusiva, e nela precisa ser ensinado sobre a diversidade entre os estudantes.

E para isto alguns valores sustentam a competência do docente na sua formação, valores estes como: a valorizar da diversidade; apoiar a todos os estudantes; trabalhar e cooperar em equipe; desenvolver pessoal e profissionalmente sua aprendizagem.

A quarta, ressalta a importância da formação continuada de professores e educadores especiais, devido a crescente diversidade que as salas inclusivas trazem. Para tanto, o ambiente escolar é onde sua prática se desenvolve, baseado nas competências disponíveis de dentro da escola, intercalando com seu conhecimento, gerando espaços cooperativos com outros professores e ter uma mesma linguagem com outros docentes ajudando a refletir sobre o modo de trabalhar, de pensar e assim

melhorar suas ações.

4.4 Professores e funcionários de apoio têm oportunidades de participar do desenvolvimento profissional contínuo em relação a práticas inclusivas e equitativas. (UNESCO, 2019).

Estas são propostas mundiais para a inclusão das crianças, jovens e adultos na sala de aula, e aborda também a sobre a formação continuada do professor e o apoio de equipes para melhorar o desenvolvimento do ensino em meio a grande diversidade presente na escola.

Em seguida, será apresentado os principais temas que podem ser discutidos em sala, e como as atividades podem ser mais dinâmicas.

## **6.2. Propostas para uma Aula de Educação Inclusiva**

No capítulo anterior mostrou que com o aumento de salas inclusivas aumentou também os desafios para conseguir com que o ensino-aprendizagem seja eficaz tanto para o professor quanto para seus alunos. E diante da diversidade de cultura e conceitos é necessário que eles sejam discutidos dentro da escola, e para isto, os temas transversais são propostas que devem fazer parte do plano de aula.

Diante disto, se contempla algumas possibilidades de tratar temas transversais, propostas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) que englobam a Ética, a Pluralidade Cultural, o Meio Ambiente, o Trabalho e Consumo, Orientação Sexual e Saúde.

Com tudo, qual seria a proposta para trabalhar com essas temáticas? De acordo com a DARIDO, *et.al.* (2007) cada tema tem sua peculiaridade. Para o tema Ética os procedimentos podem englobar:

A experiência de respeitar e ser respeitado; realizar ações conjuntas; dialogar efetivamente com colegas e professores; a experiência de receber solidariedade e ser solidário; o acesso a conhecimentos que permitam a compreensão e a cooperação, e a análise crítica de situações concretas dentro e fora da escola. (DARIDO, *et.al.*2007)

A autora vai mais afundo ao exemplificar sua aplicação na sala de aula ao

demonstrar hipoteticamente uma aula de futebol, do qual o professor direciona o aluno para pensar sobre os problemas encontrados durante a aula, refletindo sobre as dificuldades em relação às regras, as diferenças de habilidades entre eles, o repúdio dos apelidos pejorativos ditos para os colegas e enfatizar a importância do diálogo, do saber ouvir.

Tal prática esportiva possibilita além das reflexões críticas em relação ao futebol, possibilita também, a trabalhar a desigualdade de gênero no esporte, incluindo a participação de meninos e meninas na mesma prática esportiva.

Quanto ao tema Pluralidade Cultural é apresentado o respeito pelas diversas culturas brasileiras assim como sua valorização (DARIDO, *et.al.* 2007). No que tange a sua aplicação na aula sobre as “manifestações da cultura corporal” dentro de conteúdo de danças, abordando os diferentes tipos desta nas mais diversas civilizações. Nas lutas e na ginástica implicaria a origem de suas raízes, como suas regiões e diversidade cultural assim trabalhar também a história da cor e raça presente nas manifestações culturais.

Na temática do Meio Ambiente, não aparece na metodologia, mas como faz parte dos temas transversais e é um conteúdo que também precisa ser abordado, é sugerido que os alunos façam a análise do ambiente que estão inseridos, seja ginásio, sala de aula, suas casas, enfim, que o professor os levem a discutir suas percepções, prós e contras em relação a natureza, debater também sobre como o nível socioeconômico das escolas podem proporcionar uma melhor experimentação, mediante recursos disponibilizados para as atividades dentro e fora da sala de aula. Tal como na dança pode-se explicar que as Festas Juninas são para agradecer a colheita, que é tipicamente uma dança trazida do campo para a cidade.

Com relação ao Trabalho e Consumo, pode ser feita uma comparação ao processo de inclusão é discutir sobre o uso do corpo como material de consumo midiático, atrapalhando os estudantes em seu processo de aprendizagem devido a busca pela melhor condição de vida e especialização precoce.

Um tema bem polêmico é sobre a Orientação Sexual, que envolve subtemas como desigualdade de gênero, doenças sexualmente transmitidas e gravidez na adolescência, Darido sugere que a discussão sobre a exclusão de gênero em algumas atividades como futebol em que as meninas são excluídas, e na dança em que os meninos não se envolvem.

E por fim a temática Saúde, no qual o professor pode colocar em pauta questões sobre uso de anabolizantes, a prática desenfreada da “malhação”, criticar a influência da mídia sobre a saúde e a atividade física, trabalhar o contexto da saúde na Educação Física e abordar que no contexto da Educação aquele que tinha necessidades especiais eram tratados como pacientes e não como pessoas que tinham autonomia e que mereciam seu lugar de direito como cidadão.

Entretanto, os Temas Transversais não são os únicos temas que merecem atenção, pois ao falar sobre os temas que devem ser abordados no ensino, a Base Nacional Comum Curricular também direciona o professor para aplicação das unidades temáticas, contendo: Brincadeiras e Jogos, Esportes, Ginásticas, Danças, Práticas Corporais de Aventuras e Lutas.

Mas antes de explicar como estes conteúdos podem ser ensinados, a autora Darido, no seu livro “Para Ensinar Educação Física” aborda como o professor deve direcionar suas aulas de forma que ajuda o aluno a entender o porquê da prática corporal ensinada, como fazer uso de suas experiências e a tirar uma lição de vida.

Por isso, cabe ao professor “problematizar, interpretar, relacionar, analisar com seus alunos as amplas manifestações da cultura corporal” fazendo com que o discente entenda os significados e sentidos de cada atividade.

Para que o professor saiba o que ensinar e como ensinar é preciso definir os conteúdos que serão abordados. Baseada no conceito de COLL *et.al.* (2000) que definem o conteúdo como uma seleção de formas ou saberes culturais, a autora classifica o conteúdo em três dimensões: conceitual, procedimental e atitudinal.

Na dimensão conceitual corresponde à seguinte questão de “o que deve saber”. Toda atividade que o propor é importante falar ou instigar o aluno a procurar o conceito, a história sobre o que está sendo ensinado. E muito mais que isso, toda criança vem com uma “bagagem” de conteúdo que ela adquiriu da sua comunidade, de suas vivências, de seus grupos sociais, do qual tais conhecimentos são valiosos quando compartilhados na sala de aula.

Na dimensão procedimental, no que “deve saber fazer”, sendo que nas atividades é bom fazer com que o aluno vivencie diferentes experiências corporais, como os fundamentos básicos de alguns esportes, de danças, de lutas e ginásticas.

Já na dimensão atitudinal, “como deve ser”, abordará valores que foram aprendidos no decorrer das práticas corporais, o respeito pelos seus colegas e suas

limitações, cooperando com as atividades em grupo.

Vale salientar que tais dimensões não são trabalhadas separadamente e que uma atividade não envolve apenas uma delas, ambas se completam.

No livro, a autora sugere metodologias, mas cabe ao professor acreditar e passar isto aos alunos, mostrando que eles são capazes de aprender. Caso o contrário, mesmo que o docente não fale verbalmente, mas suas expressões, sejam elas faciais ou corporais, transmitam sua incredulidade no potencial de seus alunos, será percebido ou até mesmo convencerá seus discentes de que não são capazes.

A contextualização do conteúdo é eficaz quando associado às experiências do dia-a-dia do estudante ou os seus conhecimentos adquiridos pela vida, pois quando relacionado às:

Preocupações com aparência, sexualidade e reprodução; hábitos de alimentação; limites, capacidade física; consumo de drogas; papel do esporte; repouso, atividade e lazer; padrões de beleza e saúde corporal impostos pela mídia e pelo contexto. (DARIDO, *et.al.* 2007)

Uma das sugestões está relacionada sobre a interdisciplinaridade, que é muito mais do que justaposição das disciplinas, nela deve haver coesão entre si e não apenas uma generalização de conteúdo, ou seja, a comunicação entre elas, mesmo que simples, deve ser mútua e não segregada.

Não apenas isto, mas é preciso que as aulas vão para além do esporte, pois quando se fala de aula de Educação Física geralmente pensam em jogar bola, contudo, a disciplina deve deixar de lado esse pensamento estereotipado e fomentar o ensino das outras expressões corporais, como por exemplo, a dança poderia ser mais frequente nas aulas. (DARIDO, *et.al.* 2007).

O professor também pode fazer uso da hemeroteca (setor da biblioteca que se encontra revistas, jornais, obras em série e periódicos) e elaborar um painel de notícias com sua turma, usando temas como lesões, o uso de anabolizantes, sobre violência no esporte, etc.

Além disso, a utilização de vídeos é também importante, desde que o professor o assista antes, para assim destacar aspectos que levem ao debate na turma, que crie um roteiro com as questões mais relevantes, mas antes, deve conversar com a turma e listar as passagens relevantes que serão usadas na discussão.

Outra atividade com os alunos é o uso da coleta de informações na internet e na mídia impressa, procurando a história do conteúdo, como por exemplo, a história do basquete; as vantagens da dança; como as mulheres eram vistas ao jogar futebol.

Quando o professor estimula a participação da turma na elaboração de regras, na escolha de equipes, criando e recriando materiais didáticos, ele contribui na construção da autonomia de cada estudante e mesmo que a escola não possua uma quadra ou material esportivo, eles mesmos terão um norte de como encontrar um espaço e materiais alternativos.

Outra sugestão é o uso de palestras, que trazem relatos de pessoas que fazem o uso da cultura corporal, que informam “suas experiências com a dança, esporte, ginástica, lutas, primeiros socorros, orientação postural e outras”. (DARIDO, *et.al.* 2007).

Uma grande dificuldade que ainda existe nas aulas de EF, são as turmas heterogêneas, sendo que cada aluno tem sua bagagem cultural e experiência com a cultura corporal diferente de seus colegas. Para isso, o professor precisa deixar claro que seu objetivo não é formar atletas de rendimento, mas mostrar que cada um tem afinidade e habilidades diferentes e por isso, deve-se respeitar e valorizar as diferentes formas de expressão corporal.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar esta revisão de literatura percebeu-se que na história da Educação Básica sempre houve exclusão de grupos específicos, como mulheres e meninas, negros, indígenas, pessoas com deficiências e das classes mais vulneráveis. Com isso, a proposta da UNESCO sempre foi voltada para que este grupo fosse incluído dentro da escola.

Ao especificar a história da Educação Física, tem-se um novo grupo, os não habilitados, entretanto, no decorrer do tempo, a EF deixou de objetivar as características fisiológicas e passou ao pedagógico, onde os estudantes se tornaram mais participativos independente de suas singularidades.

Como a dialética da inclusão/exclusão são infundáveis, a vivência em sala de aula mostrou outros mecanismos de exclusão como preocupações subjetivas com a aparência, saúde, habilidade, etc. Partindo da premissa que a inclusão não é apenas ser inserido numa sala de aula, mas sentir parte do grupo, interagindo com ele.

Diante do exposto, é perceptível as mudanças que ocorreram na educação durante os anos, visto que para cada problemática de exclusão houve tentativas de minimizá-las. E para isto, fez necessário um esforço a mais na busca pela qualificação do professor, pela normatização de documentos básicos para que este fim fosse alcançado.

No entanto, ainda é nítido a dificuldade de fazer que o aluno, não somente aquele que possui alguma deficiência, mas sim, todos os alunos, de sentirem incluídos nas aulas de Educação Física, seja por vergonhas, por questões ideológicas, por falta de motivação.

Por isso, a importância de compreender quais os fatores de exclusão presente dentro da sala de aula, e a partir deste ponto encontrar maneiras didáticas de planejar as atividades para que os alunos possam se sentir participativos e incluídos.

Por isso a importância da Formação Continuada de Professores, professores estes que não se acomodam com um plano de aula pronto e feito por terceiros, mas que se desafiam a criar aulas que vão de encontro com sua turma e suas singularidades.



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. M. F. et al. **A educação privada na Argentina e no Brasil**. Educação e Pesquisa, São Paulo, n. 43, v. 4, p. 939-956, 2017.

BETTI, M. **Educação física e sociedade**. São Paulo: Movimento, 1991.

BOOTH, T.; AINSCOW, M. Index Para a Inclusão. **Desenvolvendo a aprendizagem e a participação na escola**. Traduzido por: Mônica Pereira dos Santos. Produzido pelo LaPEADE, 2011.

BORDO, Susan R. **"O corpo e a reprodução da feminilidade: Uma apropriação feminista de Foucault"**. In: JACAR, Alison e BORDO, Suzan, R. *Gênero, corpo e conhecimento*. Trad. Britta Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Record e Roda dos Tempos, 1997, p. 20. (Coleção Gênero, v. 1).

BRASIL, **Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica nº5/201152**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF, 24/1/2012, Seção 1, Pág. 10. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=8016-pceb005-11&category\\_slug=maio-2011-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8016-pceb005-11&category_slug=maio-2011-pdf&Itemid=30192)> Acesso em: 15/11/2022.

BRASIL, **Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica nº7/20106**. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Brasília, DF, 09/12/2010. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007\\_10.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf)> Acesso em: 15/11/2022.

BRASIL, **LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015, artigo 14**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF, 06/07/2015. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)> . Acesso em: 15/11/2022.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília. MEC.,2018.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. LDB – Lei nº 10.172, de 03 de julho de 2001. Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. MEC. Brasília, 2017.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais**. MEC. Brasília, 2013.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais, Bases Legais**. Brasília: MEC, 1997.

DARIDO, S. C. **Educação Física na escola: questões e reflexões**. 1. ed. Rio de Janeiro: Guanabara – Koogan, 2003.

DARIDO, S. C. **Os conteúdos da Educação Física escolar: influências, tendências, dificuldades e possibilidades**. Perspectivas em Educação Física Escolar, Niterói, v. 2, n. 1 (suplemento), 2001;

**Diversidade Cultural**. Secretaria Municipal De Cultura e Turismo. Disponível em: <<https://www.santaluzia.mg.gov.br>>. Acesso em: 15/11/2022.

FERREIRA, H. S. **Testes psicomotores na educação infantil: bateria psicomotora (BPM): um estudo de caso em crianças de uma escola particular**. 2001. 100f. Monografia (Especialização em Psicomotricidade) – Centro de Educação, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2001.

FERREIRA, H. S.; SAMPAIO, J.J.C. **Tendências e abordagens pedagógicas da Educação Física escolar e suas interfaces com a saúde**. Efdeportes.com, 2013. Disponível em: http:< <https://www.efdeportes.com/efd182/tendencias-pedagogicas-da-educacao-fisica-escolar.htm>>. Acesso em: 16/11/2022.

GHIRALDELLI JUNIOR, P. **Educação Física Progressista**. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Editora Atlas. 4. ed. São Paulo, 2002.

GUEDES, D. P. e GUEDES, J.E.R.P. **Controle do peso corporal: composição corporal atividade física e nutrição**, Londrina, Midiograf, 1996.

GUEDES, D. P. **Educação para a saúde mediante programas de Educação Física escolar**. MOTRIZ – Volume 5, Número 1. Julho, 1999.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: . Acesso em: 23 ago. 2020.

INEP. **Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2020** [recurso eletrônico]. Brasília: Inep, 2020.

INEP. **Resumo técnico: Censo da Educação Superior 2015**. 2. ed. Brasília: Inep, 2018. Disponível em: . Acesso em: 25 ago. 2020.

MINETTO, M. de F. J. *et.al.*. **Diversidade na aprendizagem de pessoas portadoras de necessidades especiais**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2010.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais** /Peter Mittler; Trad. Windyz Brazão Ferreira. - Artimed. Porto Alegre:, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração de Jomteim, 1990**. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>>. Acesso em: 15/11/2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração de Madri sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, 2002**. Disponível em: <<https://pcd.mppr.mp.br/pagina-307.html>>. Acesso em: 15/11/2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração de Nova Delhi sobre educação para todos, 1993**. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139393>>. Acesso em: 15/11/2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração de Salamanca, 1994**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 15/11/2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração de Viena e Programa de Acção, 1993**. Disponível em: <<https://www.oas.org/dil/port/1993%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%20Ac%C3%A7%C3%A3o%20adoptado%20pela%20Confer%C3%Aancia%20Mundial%20de%20Viena%20sobre%20Direitos%20Humanos%20em%20junho%20de%201993.pdf>>. Acesso em: 15/11/2022.

**Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1789**. Ensinar História Joelza. Disponível em: <<https://ensinarhistoria.com.br/linha-do-tempo/declaracao-dos-direitos-do-homem-e-do-cidadao/>>. Acesso em: 15/11/2022.

**Pluralidade Cultural**. MEC. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br>>. Acesso em: 15/11/2022.

SANTOS, M. P. **O papel do ensino superior na proposta de uma educação inclusiva**. Revista da Faculdade de Educação da UFF, n. 7 p. 78-91, 2003. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32468>>. Acesso em: 15/11/2022.

SANTOS, M.; FONSECA, M.; MELO, S. **Inclusão em Educação: diferentes interfaces**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2009.

SAWAIA, B. **Artimanhas da exclusão**: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. 12. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

SOARES, C. **Educação Física**: raízes europeias e Brasil. Campinas: Autores Associados, 1994.

STAINBACK, W. **Inclusão**: um guia para educadores .Artimed. Porto Alegre: 1999.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário brasileiro da educação básica**. São Paulo: Editora Moderna, 2020. Disponível em: <  
<https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2020/10/Anuario-Brasileiro-Educacao-Basica-2020-web-outubro.pdf>> . Acesso em: 25 ago. 2020.

UNESCO. **Educação para todos**: o compromisso de Dakar, 2000. ed. Ação Educativa, 2001.

UNESCO. **Inclusão, equidade e desigualdades entre estudantes das escolas públicas de ensino fundamental no Brasil**. Brasília, 2016. Disponível em:<  
<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000382175>>. Acesso em:15/11/2022.

UNESCO. **Manual para garantir inclusão e equidade em educação**. Brasília, 2019b. Disponível em:< <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000370508>> . Acesso em: 15/11/2022.

UNESCO-IBE. **Reaching out to all learners: a resource pack for supporting inclusive education**. Geneva: UNESCO International Bureau of Education IBE, 2016.

VIEGA. I. P. A. **Projeto Político Pedagógico Da Escola**: Uma construção possível. Papirus. Campinas-SP, 1995.